

## Nota de Imprensa

Está claro para qualquer um, que o fenómeno das profanações dos locais de culto católico tem sido tratado, desde há muito, de uma forma demagógica, sem seriedade profissional nem rigor técnico, ao sabor de conveniências políticas ou eleitorais, buscando tirar proveito imediatista e imoral da religiosidade da maioria dos cabo-verdianos, sem ter em conta os efeitos perversos que tais procedimentos podem gerar.

Hoje, a sociedade cabo-verdiana está a viver de uma forma dramática, num clima de angústia, de ansiedade e de suspeição geral, os efeitos perversos gerados pela irresponsabilidade e ligeireza com que uma questão de extrema delicadeza tem sido tratada, particularmente, pelo Ministério da Justiça e da Administração Interna e pelas autoridades policiais competentes.

Na noite do dia 31 de Outubro, véspera de "Todos os Santos", aconteceram graves incidentes na localidade de Volta do Monte, Santa Catarina. Nessa ocasião, um agente da Polícia da Ordem Pública, que guardava a igreja local, disparou contra um grupo de indivíduos com comportamentos suspeitos, rondando a referida igreja, e que teria tentado forçar uma das suas portas, ferindo um deles. Veio a verificar-se, posteriormente, que os indivíduos que integravam o grupo suspeito pertencem à Polícia Judiciária.

Este incidente ocorre na sequência de outros factos por demais suspeitos e que levantam sérias interrogações quanto ao real papel das autoridades na questão das profanações. Com efeito, o tratamento que têm merecido das autoridades competentes, até agora, comprovam o enigma e os mistérios que têm envolvido tais actos de profanação. Por outro, como explicar que este incidente tenha ocorrido na véspera de "Todos os Santos", quando se sabe que as profanações vêm ocorrendo sistematicamente em datas importantes?

No último acontecimento de Santa Catarina, já passaram mais de três dias e o país está à espera de uma explicação plausível do Governo. O já longo silêncio do Governo, para além de inexplicável, é comprometedor.

A responsabilidade da explicação devida ao país, no geral, e aos católicos, em particular, cabe ao Governo, através do Ministro da Justiça e da Administração Interna, na medida que estão inexplicavelmente envolvidas no triste, deprimente e perplexo incidente, duas forças policiais sob a sua tutela directa.

**Questionamos:** Quais serão as razões válidas que levam o Governo a não dar um esclarecimento imediato e razoável dos acontecimentos? Quais serão as complicações e o imbróglio que envolvem estes acontecimentos para que num prazo razoável de 48 horas, as autoridades não estejam na posse de dados suficientes para o seu devido esclarecimento? O que estará por detrás deste comportamento?

Outrossim, uma avaliação objectiva dos factos leva a uma conclusão ao alcance de qualquer cidadão: o Ministro responsável pela Administração Interna e as Direcções da Polícia de Ordem Pública e da Polícia Judiciária têm demonstrado incompetência e incapacidade técnicas e profissionais no exercício das suas funções, facto recomprovado pela inoportuna oferta dum prémio de dez mil contos a «quem contribuir com informações que levem à condenação dos profanadores de igrejas» e pelos recentes acontecimentos de Volta do Monte.

Nestas circunstâncias, o PAICV defende que urge restituir a confiança aos cidadãos e a credibilidade ao Ministério da Administração Interna e, igualmente, à Polícia de Ordem Pública e à Polícia Judiciária, instituições públicas responsáveis pela garantia da segurança dos cidadãos e dos seus bens. Está ainda ciente de que esta exigência passa pela imediata substituição dos Responsáveis daquelas instituições.

Praia, 4 de Novembro de 1997